O CALCÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL

Carlos Alberto Goulart (1)

1 - INTRODUÇÃO.

O calcário como corretivo da acidez dos solos tem marcado influência na produtividade física e na expansão, quer de culturas como de pastagens, sendo por isso produto estratégico no desenvolvimento agrícola.

Face sua importância e significação especialmente no momento atual no Rio Grande do Sul, realizam-se uma série de ações, lideradas pela SUDESUL em estreito entendimento com o Governo do Estado, através de sua Secretaria da Agricultura, no sentido da determinação do potencial e programação do uso deste mineral, ações estas integrantes da própria política agrícola desenvolvida pelo Governo do Estado.

Deve-se lembrar, como a necessidade de alimentos para a população interna e excedentes para exportar, colocam a produção agrícola entre as principais preocupações do governo brasileiro.

Em segundo lugar a vocação agropecuária do Rio Grande do Sul, caracterizada nos últimos anos por sua lavoura de soja. E, que, as principais linhas de ação da política nacional agrícola concentram-se hoje no aumento da produtividade e no aumento da área cultivada.

Cabe destacar, finalmente, nesta introdução, a ação inter-institucional e inter-disciplinar que se realiza reunindo representantes de mais de vinte entidades dos setores público federal, estadual e privado além de técnicos das áreas econômica, agronômica, geológica, química e de engenharia.

2 – A IMPORTÂNCIA DO CALCÁRIO COMO CORRETIVO

Não resta dúvidas que a otimização da produtividade do solo depende da correção de sua acidez, embora este não seja o único fator em jogo.

Entretanto, experimentos realizados na Região Sul Brasileira comprovam que o aumento da fertilidade de nossos solos depende em grande parte da correção de sua acidez (quadro 1).

Nas culturas de soja, e do trigo por exemplo, experimentos realizados informam que o calcário proporciona um acréscimo de rendimento (kg/ha) de respectivamente 55 e 90%.

Pode-se esperar um acréscimo de 30%, no mínimo, no total da produção agrícola em termos globais na Região Sul, em função do devido uso do calcário como corretivo (2).

⁽¹⁾ Diretor do Departamento de Setores Produtivos da SUDESUL.

⁽²⁾ A reação aos solos e os corretivos no Rio Grande do Sul - CDE/RS.

QUADRO 1. – Efeito do Calcário no Rendimento das Principais Culturas no Rio Grande do Sul, 1966-68

Cultura	Local	Ano	Rendimen	Aumento		
			s/calcário	c/calcário	(%)	
Milho	Santa Rosa	1967	2.860	3.450	21	
Soja	Nova Prata	1966	1.830	2.830	55	
Trigo	Giruá	1967	960	1.820	90	
Pastagem						
Alfafa	São Gabriel	1968	1.830	10.180	• 456	
Cornichão	' São Gabriel	1967	1.650	3.400	106	

Fonte: "O Melhoramento do Solo pela Calagem". Boletim Técnico n.º 1 – 1969. Faculdade de Agronomia – UFRGS.

Este quadro é muito mais relevante no que diz respeito ao calcário, se tivermos em conta os elementos estruturais que informam a agricultura gaúcha (quadro 2).

O Rio Grande do Sul não só está deixando de obter maior rendimento da terra, como esta posição afeta negativamente a produtividade de outros fatores diminuindo o rendimento das máquinas, do trabalho, do uso de fertilizantes, etc. já que o Estado desfruta de posição de liderança em duas culturas básicas para o país. A soja com vistas ao mercado externo e o trigo para o abastecimento interno.

De 1970 a 1973, relativamente a cultura da soja, houve um acréscimo de rendimento de aproximadamente 15%, passando de 1.121 kg/ha para 1.335 kg/ha. Com uso de calcário tão somente, pode-se elevar estes índices para 2.000 kg/ha, conforme revelam os experimentos realizados a nível de propriedade.

3 – AS NECESSIDADES DE CALCÁRIO PARA CORRETIVO NO RIO GRANDE DO SUL

Levando em conta as duas culturas mais expressivas do Estado — soja e trigo — conclui-se da necessidade de 1,3 milhão de toneladas anuais para atender tão somente a correção das novas áreas cultivadas com soja, pois o objetivo do Plano Nacional de Soja é de atingir em 1977 uma área cultivada da ordem de 3 milhões de ha (3).

⁽³⁾ Aspectos Econômicos do Calcário no Rio Grande do Sul, Ministério da Agricultura – Geraldo Pereira e Egídio Lessinger.

QUADRO 2. - Elementos Quantitativos do Setor Agrícola, Rio Grande do Sul

Área ocupada pelos estabele		8.831.506 ha			
Área ocupada pelos estabeles	•	13.889.271 ha			
Área ocupada pelos estabeles	Área ocupada pelos estabelecimentos outros				
Á	rea ocupada		23.831.304 ha		
Á	rea geográfica		28.218.400 ha		
Lavoura total	Lavoura de s	oja			
1970 4.996.629 ha		863.607	ha		
1971 5.942.340 ha		1.127.133	ha		
1972 6.398.551 ha		1.650.000	ha		
1973 6.700.000 ha		2.800.000	ha		
1960		1970			
Trator por 100 ha 0,41	0,77				
Trator por 100 homens 1,14		2,61			
Homens por ha 0,36		0,29			
Participação tratores RS/Bra	sil		24,38 %		
Participação uso fertilizantes	RS/Brasil		33,50 %		
Participação trigo RS/Brasil		•	79,61 %		
Participação soja RS/Brasil			63,00 %		
Participação agrícola RS/Bra	sil		15,43 %		
Participação exportação agrí	cola RS/Brasil		19,75 %		
Exportação RS %	1971	1972	1973		
Origem vegetal 44,2		51,2	65,2		
Origem animal 44,4		33,0	20,5		
Manufaturados	10,5	14,6	13,6		
Outros	1,3	0,7			

Fonte: FEE/Indicadores Econômicos, RS, Novembro de 1973, Nº 6.

O citado documento estima a necessidade de calcário no Rio Grande do Sul, em 1973, na ordem de 31,6 milhões de toneladas, somente para corrigir a área com culturas temporárias (4,7 t/ha em média) (quadros 3 a 6).

Saliente-se que a necessidade de 31,6 milhões de toneladas, refere-se à uma exigência inicial que tem uma repetição até 5/6 anos, sendo necessário no segundo

QUADRO 3. - Fertilidade Média das Regiões Fisiográficas do Rio Grande do Sul

D : 2 C : 4 C	f	Amostra		Nível médio				
Região fisiográfica	Area agrícola ' (ha)	Número	Hectare	pН	NC (t/ha)	P (ppm)	K (ppm)	MO %
Litoral	627.892	216	2.907	4,3	5,2	1,3	54,5	2,3
Depressão central	2.568.573	3.633	707	4,9	3,4	1,1	53,9	1,7
Missões	1.720.761	535	3.216	4,9	5,3	1,1	75,4	2,4
Campanha	2.977.616	353	8.435	4,1	3,2	1,4	64,9	2,0
Serra do Sudeste	672.772	174	3.866	5,3	4,1	6,7	95,6	2,8
Encosta do Sudeste	1.184.620	170	6.968	4,4	4,9	2,1	53,8	2,0
Alto Uruguai	1.882.445	7.053	267	5,0	5,3	1,7	91,7	2,7
Campos de Cima da Serra	816.346	261	3.128	3,8	7,0	1,1	76,9	2,8
Planalto Médio	2.258.152	7,756	291	4,7	6,2	1,9	74,9	2,5
Encosta Inferior do Nordeste	670.648	6.553	102	4,9	3,8	1,3	80,8	1,8
Encosta Superior do Nordeste	175.557	1.110	158	4,8	5,7	1,2	99,2	2,4
Estado	15.555.382	27.814	559	4,6	4,9	1,9	74,7	2,3

Fonte: PONTE, Miguel D. M. – "Levantamento da Fertilidade e Necessidade de Fertilizantes e Corretivos dos Solos do Rio Grande do Sul", Tese MS, UFRGS. Porto Alegre, 1970.

QUADRO 4. – Necessidade de Calcário para a Correção da Área com Culturas Temporárias, no Rio Grande do Sul, 1967-73

Ano	Área (ha)	Calcário (¹) (t)
1967	4.140.000	19.458,000
1968	4.375.335	20.564.074
1969	4.864.577	22.863.512
1970	5.435.000	25.544.500
1971 (²)	- 5.867.000	27.574.900
$1972 (^2)$	6.297.000	29.595.900
$1973(^{2})$	6.729.000	31.626.300

Fonte: DEE - Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul, 1968-71.

- (1) Estimativa de 4,7 t/ha, em média.
- (2) Estimativa.

QUADRO 5. - Faixa de pH Adequada para Culturas Usuais do Rio Grande do Sul (1)

	Acidez	Alcalinidade
Cultura	Muito forte Forte Médio Leve 5 6	Valor Neutro Leve do pH 7 8
Alfafa		
Algodão		
Arroz		
Batata		
Cana-de-açúcar		
Feijão		
Fumo		
Milho		
Soja		
Trigo		

⁽¹⁾ Admite-se que as faixas correspondem a gamas ideais de pH.

Fonte: Faculdade de Agronomia da UFRGS.

QUADRO 6. - Frequência de Ocorrência dos Resultados Analíticos de 53.409 Amostras de Solo, Rio Grande do Sul, 1971

pH (¹)			Necessidades de calcário em t/ha (2)		
Classe	%		Classe	<i>"</i>	
4,0	0,5	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	0,1- 1,5	13,2	
4,1-5,0	41,8		1,6- 4,0	39,0	
5,1-5,5	28,6	70,9	4,1-6,0	19,0	
	27,5		6,1-12,0	19,3	
5,6–6,5 6,5–	1,6		12,1-	9,6	

⁽¹⁾ Eletrodos de vidro; relação solo-solução 1:1.

Fonte: ASCAR/RS — "Melhoramento da Fertilidade do Solo. Resultados Alcançados", 1971.

ano uma dosagem de manutenção de 15 a 20% e assim sucessivamente. Somente para as culturas permanentes são necessárias no total do Estado, permanecendo a mesma área cultivada:

primeiro ano	31,6 milhões toneladas
segundo ano	4,5 milhões toneladas
terceiro ano	5,5 milhões toneladas
quarto ano	5,5 milhões toneladas
quinto ano	5,5 milhões toneladas

Isto informaria que o Estado deverá possuir uma capacidade produtiva acima dos 13 milhões de toneladas/ano de calcário moído, nos próximos cinco anos.

4 - RESERVAS DE CALCÁRIO

A SUDESUL através da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais — CPRM — procedeu ao inventário das reservas de calcário no Rio Grande do Sul (4) tendo este estudo as seguintes principais conclusões:

a) os calcários de importância econômica do Estado do Rio Grande do Sul estão encaixados em rochas metamórficas das unidades de Vacacaí e Cambaí. Aproximadamente 66,9% das reservas de calcário pertencem à Formação Vacacaí e 33,1% ao Grupo Cambaí;

⁽²⁾ Método SMP para pH 6,0 a 6,5.

^{· (4)} Projeto Inventário de Calcário no Rio Grande do Sul – MINTER/SUDESUL – 1974 – 2 volumes.

- b) as rochas calcárias ocorrem em horizontes descontínuos, sob a forma de lentes ("boudins"), geralmente de pequenas dimensões. Localmente adquirem grande envergadura, mas sempre com a forma lenticular;
- c) do ponto de vista químico os calcários metamórficos são predominantemente dolomitos calcíticos (45,3%) e dolomitos (32,3%); menos freqüentemente calcários puros (14,5%) e calcários dolomíticos (7%); e raramente calcários magnesianos (0,9%);
- d) a reserva inferida do Estado, lavrável economicamente, é de 555 milhões de toneladas de calcário para corretivo (e cal) e 120 milhões de toneladas para cimento;
- e) as maiores reservas de calcário corretivo localizam-se no Município de Bagé, especialmente na localidade de Apertados, Distrito de Palmas. Grandes jazidas possuem também os municípios de Caçapava do Sul, Rio Pardo e Cachoeira do Sul;
- f) foram cadastradas 231 pedreiras em lavra ou paralizadas e 137 pontos de afloramento de calcários metamórficos;
- g) as mais intensas atividades de lavra de calcários para corretivo localizam-se nos municípios de Rio Pardo, Dom Feliciano e Caçapava do Sul. Menos intensa é a mineração em Cachoeira do Sul e pequena nos demais municípios; e
- h) na maioria das áreas de calcário para corretivo, em exploração, não foram realizadas as pesquisas exigidas pelo Código de Mineração e, consequentemente, não possuem autorização para a lavra.

5 – DISPONIBILIDADES DE CALCÁRIO

Embora o crescimento acelerado, nos últimos anos, da produção de calcário como corretivo no Rio Grande do Sul (⁵), este é insignificante face às necessidades existentes. Por esta razão, principalmente, ocorreu uma elevação substancial dos preços pagos pelos produtores rurais (quadros 7 e 8).

Note-se também, que embora o tamanho médio da unidade produtiva de calcário do Estado tenha crescido 10 vezes no período 1967-73, no aspecto de capacidade de produção (toneladas/ano), ainda é bastante modesta a capacidade industrial média.

No Estado, as principais reservas localizam-se a distâncias de 300 a 500 km da região de maior densidade produtiva assumindo relevância desta forma o transporte, o qual quase que exclusivamente é feito por via rodoviária.

Aspecto também de importância diz respeito à sazonalidade da demanda, implicando na necessidade de uma política de estocagem do produto moído e consequentemente no equacionamento do crédito correspondente.

Apesar de existirem hoje, projetos de maior porte em fase de maturação, estes, ao entrarem em funcionamento, não atenderão as necessidades então existentes.

⁽⁵⁾ Produção de Calcário Moído no Rio Grande do Sul, Período 1967-73, ASCAR, 1973, Carlos Noskoski.

QUADRO 7. - Produção de Calcário pelas Indústrias do Rio Grande do Sul, 1967-73 (em toneladas)

Indústria	Ano							
(código)	1967	1968	1969	1970	1971	1972(1)	1973 (¹)	
01	_	_	-	_	_	300	240	
02	11.500,00	22.500,00	27.000,00	40.000,00	54.000,00	70.000	80.000	
03		<u> </u>	- '	_		6.000	36.000	
04	_	_	- .	_	23.567,96	48.000	80.000	
05	_	-	_	20.000,00	40.000,00	80.000	150.000	
06	3.600,00	11.035,00	18.013,00	29.100,00	41.046,00	126.000	180.000	
07	_ •	_ `		– ´	41.332,49	120.000	180.000	
08	3.696,04	10.804,33	18.296,13	27.842.64	_	_	_	
09		_ '	_ '	13.456.00	25.088.00	30.000	30.000	
10	_	338,10	375,50	262,95	111,50	150	200	
11	260,72	348,52	154,88	121,80	80,40	80	80	
12				5.500,00	14.100,00	18.000	24.000	
13	7.710.00	10.572,00	13.360,00	15.185.00	56.482,00	150.000	240.000	
14	2.900,00	8.200,00	5.500,00	6.300,00	2.400,00	30.000	100.000	
15	20.000,00	45.000,00	50.000,00	57.000,00	72.000,00	90.000	120.000	
16	· _ '		_	2.016.00	4.300,00	4.368	4.400	
17	1.847,00	1.273.00	1.131,00	1.252.00	3.548,00	5.500	7.800	
18	_	1.453,00	5.200,00	9.560,00	19.856,00	30.000	60.000	
19	_			_	~	57.000	80.000	
20	_	_	270,00	500,00	1.416,00	800	2.000	
21	6.163,00	10.840.00	13.865,00	22.405.00	31,372,00	50.000	90.000	
22		_ `	8.817,52	39.674,48	49.834,66	60.000	75.000	
23	967,00	1.185,00	1.480,00	280,00		_	_	
24	_	<u>-</u>	2.000,00	2.500,00	3.800,00	4.000	4.500	
25	_	_			2.343,80	12.000	20.000	
26	_	_	-	_	600,00	1.000	1.850	
27	_	21.600,00	53.000,00	60.000,00	65.000.00	78.000	135.000	
28	-			-	_	9.000	15.000	
29	_	_			1.525,00	2.250	3.100	
30	_	_	_	_		8.000	25.000	
31	_	- -	-		3.500,00	20.000	40.000	
32	_	-		-	_	6.000	8.000	
Total	58.643,76	145.148,95	218.463,03	352.955,87	557.308,81	1.116.448	1.792.170	

⁽¹⁾ Previsão estimada pelas indústrias.

QUADRO 8. - Preços Pagos pelos Produtores Rurais pela Tonelada de Calcário nas Diversas Regiões Fisiográficas do Rio Grande do Sul, 1967-71

(continua)

		(continua)
Região fisiográfica	Ano	Calcário moído (Cr\$/t)
	1967	49.88
	1968	51,00
Alto Uruguai	1969	54,45
-	1970	61,44
	1971	73,31
	1967	31,00
	1968	36,63
Campanha	1969	40,00
•	1970	46,00
	1971	55,00
	1967	35,00
	1968	42,88
Encosta Inferior do Nordeste	1969	43,75
	1970	45,10
	1971	51,00
	1967	42,55
	1968	52,00
Encosta Superior do Nordeste	1969	51,28
	1970	65,45
	1971	74,09
	1967	45,00
	1968'	55,00
Encosta do Sudeste	1969	64,50
	1970	64,50
	1971	66,00
	1967	44,75
	1968	47,18
Litoral	1969	48,64
	1970	55,41
	1971	66,25
	1967	36,00
	1968	42,00
Missões	1969	48,00
	1970	55,00
	1971	67,40
	1967	37,10
	1968	43,18
Planalto Médio	1969	50,40
	1970	55,00
	1971	70,00
	1967	_
	1968	28,00
Serra do Sudeste	1969	35,00
•	1970	40,00
	1971	-

QUADRO 8. - Preços Pagos pelos Produtores Rurais pela Tonelada de Calcário nas Diversas Regiões Fisiográficas do Rio Grande do Sul, 1967-71

 (continuação)
 (conclusão)

 Região fisiográfica
 Ano
 Calcário moído (Cr \$ /t)

 1967

 1968

 Depressão Central
 1969
 32,00

 1970
 33,00

 1971
 43,44

Fonte: NOSKOSKI, Carlos. Preços Agrícolas Vigentes no Rio Grande do Sul - Período 1967-71, Estudos e Trabalhos de Economia Rural, P. Alegre, ASCAR, 1972.

Evidencia-se desta forma a necessidade da realização de uma programação do uso deste mineral; já que estima-se que as reservas atualmente conhecidas permitem estimar sua vida útil por mais de 100 anos.

6 – PROGRAMAÇÃO

O Grupo Consultivo do Calcário determinou fosse realizado, até agosto próximo, um levantamento da situação dos principais aspectos relacionados com a problemática deste mineral no Rio Grande do Sul para selecionar prioridades e estratégias com vistas a seu equacionamento (quadro 9), já que o dimensionamento das reservas permite novo horizonte para sua produção e uso.

